

REPRESENTAÇÕES DA BATALHA DO LYS NA IMPRENSA – *DIÁRIO DE NOTÍCIAS E O SÉCULO*

ANA RITA MIRA ROQUE*

Esta comunicação visa apresentar parte dos resultados da pesquisa feita no âmbito da dissertação de mestrado em Relações Internacionais.

Pretende-se analisar um pedaço de memória jornalística daquela que se considera ser a intervenção de relevo portuguesa na Primeira Guerra Mundial em solo europeu – a Batalha do Lys. Os jornais seleccionados para análise foram o *Diário de Notícias* e *O Século*. O «9 de Abril», dia em que a batalha se iniciou, sendo muitas vezes mencionado dessa forma no seio jornalístico da época e também no seio historiográfico, é um episódio importante, que marcou profundamente a Primeira República. Contudo, mantemos consciência que este curto momento, embora intenso, não generaliza uma longa campanha efectiva, de dois anos, das tropas portuguesas na Flandres.

Deste modo, perscruta-se uma cronologia demarcada pelo «mau-estar» das tropas portuguesas – CEP, Corpo Expedicionário Português – que se estabelece desde 1917 (onde relatórios apresentados já denotavam uma quebra de moral¹), intensificando-se a partir de Março de 1918 (MARQUES, 2008: 317), momento em que os alemães pressionam fortemente o sector português e britânico. De modo a inserir uma cronologia definida e não se extrapolar demasiado esta base empírica, esta análise baliza-se nas publicações dos periódicos durante o mês de Abril de 1918, uma vez que esta batalha se iniciou na madrugada de 9 de Abril desse mesmo ano.

* FCSH – UNL, anamira.roque@gmail.com

¹ Situações testemunhadas pelo General Tamagnini, comandante do CEP até Agosto de 1918: «Proibida a ida a Portugal pela via férrea ás praças de pret, que viram não ter sido extensiva aos officiaes essa medida, os quaes continuara a ir com licença e muitos não voltaram à Zona de guerra, começou a manifestar-se descontentamento no C.E.P.» (MARQUES, 2008: 321-322).

Convém mencionar que os periódicos e outro tipo de publicação jornalística publicada durante a Primeira República apresentam-se actualmente como uma interessante e vasta base empírica, um prisma riquíssimo pelo qual vale a pena perscrutar o passado. Como Oliveira Marques afirma:

O Portugal de então era um país de jornais. Mau grado a elevada taxa de analfabetismo, o jornal tinha grande circulação, sendo frequente a sua leitura em voz alta em pequenas vilas e aldeias, perante assistências heterogêneas do povo analfabeto, que ouvia e comentava².

Desta forma, podemos afirmar que o jornalismo da época também contribuiu para uma construção – embora constrangida, devido aos mecanismos de censura instaurados pela República a partir do início do conflito mundial, em 1914, e à censura no seio internacional, nomeadamente em França e Inglaterra, cujos jornais eram muitas vezes mencionados nestes periódicos portugueses – de memória em torno da participação portuguesa na Batalha do Lys. Para além do mais, tal acontecimento internacional não deixaria de potenciar a troca de ideias e o debate, principalmente no que toca à participação de Portugal no conflito mundial. Acrescenta-se ainda a formação de opinião pública – que não deixa de estar intimamente ligada a representações que influenciariam a memória portuguesa – onde a imprensa tem um peso significativo: as opiniões eram variadas, opondo «os germanófilos aos anglófilos e francófilos, correntes que acentuavam as divisões já existentes entre republicanos, monárquicos, socialistas e outros, que se degladiavam na imprensa» (SOUSA, 2010: 41). Fortes clivagens que atravessam o poder político, o poder militar e a opinião pública. Em torno do conflito mundial, gravitam várias questões, quer no âmbito interno, quer no âmbito externo. Tal dificulta a leitura da experiência constitucional portuguesa (LOPES, 1988: 199), apesar de ser um padrão típico de um regime recente, que se pretendia, ainda, afirmar no exterior.

Sendo uma época em que o jornalismo português procura uma profissionalização no mercado, mas que ainda se amarra a profundas ligações políticas – são vários os jornais que funcionam como porta-vozes dos partidos da altura – é interessante tentar perceber, e equacionar, os interesses políticos (internos e externos) que confluem nas publicações periódicas, mas que, posteriormente, ao serem lidas (ou ouvidas) influenciaram e/ou tentaram influenciar a perspectiva do povo português. A acumulação de profissões por parte dos jornalistas, fruto de, na época, se estar ainda em fase de profissionalização, também afectava a qualidade dos artigos publicados nos jornais. Era igualmente difícil estabelecer os limites do jornalismo, podendo ser apontado como um prolongamento das disputas políticas; mas a política poderia ser encarada como uma faca de dois gumes – apesar de apresentar constrangimentos teóricos ao

² MARQUES & SERRÃO, 1991: 600.

jornalismo como profissão com um código ético e deontológico, os meandros políticos traziam prestígio social aos jornais (filiações, influências, e, por conseguinte, algum poder económico).

Além do mais, os poucos recursos financeiros (foi difícil inserir anúncios publicitários nas páginas, maioritariamente devido à incompreensão dos leitores pela ocupação de espaço nas páginas dos jornais) também eram um factor importante que punha em causa a própria independência das empresas jornalísticas: papel de má qualidade, que foi encarecendo à medida que a economia portuguesa foi sendo afectada pelo conflito mundial, levando, inclusive, à redução do número de páginas dos jornais. A carência económica no seio jornalístico era evidente, mesmo durante a Monarquia Constitucional:

Havia fatores desfavoráveis, como a pequenez do mercado, que travou a existência de uma Imprensa de massas em Portugal, e alguns traços culturais e mentais, incluindo a excessiva proliferação de pequenos e débeis jornais ligados a milhentas fações políticas que se disputavam ferozmente, recorrendo a todo o tipo de expedientes e cunhas, em vez de adotarem modelos de gestão económica mais racionais e viáveis³.

A dependência de agências noticiosas internacionais, principalmente a Havas⁴, pois não havia poder económico para dirigir suficientes enviados para o terreno onde se desencadeavam os acontecimentos, culminou na repetição e transcrição de notícias já por si estrangidas pela censura militar imposta nos países aliados.

Contudo, a profissionalização desta classe (que se vinha verificando desde o século XIX) e os variados estrangimentos com os quais os jornalistas se foram deparando permitiram a criação de um movimento a favor da liberdade de imprensa. Apesar de infrutíferos, verificaram-se abaixo-assinados, comícios, conferências e manifestos, muitos destes promovidos pelas associações de jornalistas de Lisboa e do Porto, e também pela Liga das Empresas Jornalísticas de Lisboa (grémio dos editores).

Convém-nos, no entanto, tentar perceber que estrangimentos encontrou este recém-germinado regime republicano. De que forma as hostes políticas (movidas por interesses de cariz interno e de concertação internacional) encararam este conflito mundial e de que modo o mesmo serviria os interesses portugueses. Sendo um país com um regime em maturação (sofrendo incursões monárquicas), empenhado em adquirir um lugar de prestígio nas resoluções europeias, bem como em busca de um aval e reconhecimento europeu perante este novo regime, dependente da velha aliada Inglaterra, este foi um período rico no que toca à História das Relações Internacionais portuguesas. Acrescenta-se, ainda, o factor geográfico. Espanha não deixou de ser um

³ BAPTISTA, 2012: 95

⁴ Primeira agência noticiosa, sediada em Paris, formada em 1835 por Charles-Louis Havas.

receio para esta nova República. Ainda persistia um medo de anexação espanhola, incluído-se um crescente interesse em perceber que posição tomaria o nosso vizinho no conflito mundial – algo também interessante para a nossa velha aliada, pois Espanha seria um aliado valioso mediante a sua localização (e assim obter controlo do Mediterrâneo e Norte de África).

Este conflito mundial ainda decorria quando Sidónio Pais subiu ao poder (em 5 de Dezembro de 1917 lidera a revolta militar contra o governo democrático), mas importantes questões internacionais mantinham-se em cima da mesa: novamente, o reconhecimento desta mudança política em Portugal, uma vez que Sidónio Pais poderia ser encarado como pró-germânico; em relação à guerra, havia que lidar com a «decadência» do Corpo Expedicionário Português, bem como as intransigências inglesas e francesas quanto ao transporte de portugueses para a frente de batalha.

Pretende-se equacionar essa dinâmica internacional e nacional – um período de mudança e fragilidade internas, buscando-se, igualmente, um reconhecimento da República a nível interno, acrescentando-se, para além das preocupações acima referidas, a defesa das colónias portuguesas, cobiçadas, nomeadamente, pelo inimigo alemão – com o conteúdo presente nas páginas dos jornais parafraseados no que toca a este acontecimento inédito para o jornalismo português – a cobertura de uma guerra onde Portugal estaria a combater. Assim, todas estas preocupações, apesar de serem balizadas em preocupações internas e externas, não deixam, todas elas, de fazer parte de um único objectivo estratégico republicano.

Porquê escolher o *Diário de Notícias* e *O Século*? Pretendeu-se inserir esta investigação em periódicos estabelecidos na capital portuguesa, onde cerca de 56,3% da população sabia ler (BAPTISTA, 2012: 199). Uma ampla opinião pública de esquerda, com elevado índice de alfabetização, fazia singrar, sem grandes problemas, os principais órgãos de imprensa. Estes dois jornais mostram-se importantes no meio jornalístico da época, pela estabilidade das suas publicações durante a I República portuguesa – sem uma única interrupção, enquanto outras redacções foram fechadas – e também por estes serem os dois jornais com maior tiragem na capital, com boas redes de distribuição pela mesma (através dos ardinas), e para o resto do país através dos correios e das redes ferroviárias. Temos, assim, por um lado, um periódico que tentou manter-se isento das questões políticas da época, defendendo um jornalismo informativo – o *Diário de Notícias* – e, por outro, um periódico de esquerda, republicano – *O Século*.

O *Diário de Notícias*, sendo um caso excepcional, mantendo-se equidistante dos partidarismos políticos de então, demarcou-se do outro jornal aqui em análise – *O Século*. Contudo, o próprio director deste jornal – Alfredo da Cunha, entre 1900 e 1919 – explicar-nos-ia que essa equidistância se tornou uma promessa editorial difícil de cumprir: «O *Diário de Notícias* tomou a posição que os interesses da Pátria lhe

indicaram, e, se não fêz imprudentes incitamentos, também não aconselhou cobardes retraimentos» (FREIRE, 1939: 107). Em pleno contexto de guerra, o *Diário de Notícias* apresentou gestos de caridade: uma subscrição para a Cruz Vermelha Portuguesa e para a Assistência Portuguesa às vítimas de guerra, e ainda para as vítimas da pneumónica. Também lutou, através de publicações no jornal, contra o aumento do preço do papel, devido às dificuldades de importação do mesmo. Por último, lutou abertamente a favor da liberdade de imprensa, luta expressa nas primeiras páginas das edições de 26 de Janeiro⁵ e 8 de Maio⁶ de 1918. Fundado em 1864, por Eduardo Coelho, este inseriu no jornalismo português dois géneros – o editorial e a grande reportagem, sendo caracterizado por ser um jornal noticioso e imparcial (BARRETO & MÓNICA, 1991: 154).

O Século, em íntima ligação com Bernardino Machado – presidente da República desde Agosto de 1914 até 1917 – seguia e reproduzia nas páginas do jornal as suas conferências (conferências essas previamente conhecidas pelo jornal). Bernardino Machado chegava, inclusive, a corrigir o artigo que seria posteriormente aplicado, escolhendo, com audácia, as palavras indicadas e mais convenientes para determinados fins políticos. Verificava-se, assim, uma lealdade para com um líder político que, obviamente, acabaria por influenciar e demarcar a posição deste jornal no que toca ao tema desta investigação. Fundado em meados de 1880, foi um jornal que foi adoptando uma estratégia de comunicação de massas⁷, ganhou, por um lado, a adesão à causa republicana e, por outro, expandiu o jornal devido às técnicas de distribuição do mesmo pelo país. Este jornal, noticioso e representante da união dos interesses económicos (BARRETO & MÓNICA, 1999: 245), apresentou, claramente, outra postura social, muito menos vincada que o *Diário de Notícias* no que toca à liberdade de imprensa e ao preço do papel, embora também tenha praticado actos de caridade no contexto de guerra – temos o exemplo da «Sopa dos Pobres», que pretendia «Atenuar, quanto possível, a situação precária dos famintos. O povo por-

⁵ «Publica o decreto sôbre a Imprensa periódica com as regalias pelas quais o Diário de Notícias há muito vinha pugnando. O decreto tem a data de 19 de Janeiro» (FREIRE, 1939: 120).

⁶ «Publica um artigo sobre a Censura e refere-se ao facto de o Diário de Notícias ter sido apreendido no domingo, 5, por haver publicado um anuncio dos Transportes Marítimos em que se dizia que um vapor dessa companhia saíria brevemente, palavras que a Censura cortara e que por lapso vieram no jornal. O Diário de Notícias regista neste artigo os protestos de tóda a Imprensa por tal facto» (FREIRE, 1939: 120).

⁷ Foram surgindo novos suplementos, nomeadamente: *O Século Humorístico*, *Modas e Bordados*, *Brasil e Colónias*, edições especiais, publicações de folhetins, como *Século da Noite*; e outras publicações como *Almanaque d' O Século*, *Século Cómico*, *Ilustração Portuguesa* – abundante em fotografias e/ou gravuras, vincadamente a favor da participação se Portugal no conflito mundial –, *Os Sports*, *Século Agrícola*.

tuguês é sofredor, mas é preciso não abusar da sua brandura» (...) «quando a fome entra pela porta a virtude sai pela janela»⁸.

Acrescenta-se, ainda, um factor importante, que, na altura, tornava mais próximo do leitor as experiências vivenciadas pelos portugueses nas trincheiras da Flandres: os enviados de guerra destes jornais que emitiam, com regularidade, descrições do ambiente das trincheiras e do meio envolvente, nomeadamente António de Almada Negreiros, enviado d'*O Século*, e Hermano Neves, enviado do *Diário de Notícias* (embora por parte do primeiro jornal tivessem estado na frente de guerra outros enviados, antes de 1918). Ambos estiveram igualmente a acompanhar a comitiva presidencial de Bernardino Machado, aquando da sua visita à frente de guerra portuguesa, que se iniciou em Outubro de 1917, embora Hermano Neves, na altura, estivesse presente como correspondente do jornal *A Capital*. Pelo lado d'*O Século*, para além de Almada Negreiros, que, inclusive, esteve presente num almoço, em Bolonha, com a comitiva presidencial e oficiais britânicos, estavam presentes Bourláprio e Benoliel (VAZ, 1923: 74).

As descrições destes enviados corresponderiam à total verdade? O estudo do conteúdo dos dois jornais escolhidos pretende fazer uma análise discursiva sustentada numa grelha de análise objectiva – textos de opinião e informativos – passando por uma triagem desses textos, recenseando o número de notícias (censuradas ou não) –, ângulos de abordagem, tratamento visual nas páginas, o espaço e o local que as notícias referentes ao conflito ocupam. Em suma: o que ficou representado nas páginas dos jornais sobre a Batalha do Lys? O que representou realmente esta batalha para Portugal, em específico, e o conflito mundial, na generalidade, e como e quando, se soube, realmente, o que aconteceu na madrugada do dia 9 de Abril?

O governo, independentemente das forças políticas que estavam no poder, demonstra grande receio pelos efeitos que as notícias escritas poderiam ter junto do povo português. Não são raras as referências, ao longo da legislação sobre censura, à união de Portugal e à necessidade de acalmar o espírito do povo. Claro que os jornais eram maioritariamente adquiridos e lidos por uma elite, a mesma elite que teria capacidade para compreender a fragilidade política do país, fervilhar uma potencial revolta e espalhar a palavra.

Antes de nos debruçarmos sobre as notícias que ficaram espelhadas nas páginas dos jornais aqui em análise, convém, por fim, mencionar alguns constrangimentos pelos quais as notícias passavam, quer em contexto nacional – através da censura – quer em contexto internacional – censura na frente de guerra e censura aplicada pelos países intervenientes no conflito⁹.

⁸ *O Século*, 25 de Fevereiro de 1917.

⁹ Em Inglaterra, pela acção do *Press Bureau*, na Alemanha através do *Kriegs Pressment*, que dependia do quartel-general alemão, e em França, pelo *Bureau de Press*, que dependia do Ministério da Guerra.

Em 8 de Agosto de 1917, o Ministério do Interior estabelece, mais pormenorizadamente, o funcionamento das comissões de censura em Portugal¹⁰. As mesmas funcionariam «em dois turnos de cinco e três censores, cada um, respectivamente, sorteados no princípio de cada mês, e que prestarão serviço em períodos alternados de vinte e quatro horas» (Art. 2.º). O desempenho de censura preventiva poderia ser feito por militares ou civis, desde que cumprissem os princípios estipulados de idoneidade e desde que esta função fosse compatível com outros empregos ou função pública (Art. 4.º). Apesar de ser um trabalho realizado em grupos, cada censor deveria rubricar, de forma legível, as provas de censura submetidas ao exame (Art. 5.º).

Praticamente um mês depois, a 6 de Setembro do mesmo ano, nova alteração surge na legislação referente à censura preventiva. Alterou-se, desta forma, os artigos 2.º e 6.º da lei n.º 495, de 28 de Maio de 1916. Assim, as comissões de censura «eliminarão qualquer notícia ou apreciação unicamente nestes casos: 1.º Quando seja prejudicial à defesa nacional, militar ou económica, ou às operações de guerra. 2.º Quando envolva propaganda contra a guerra». Os artigos/notícias alvo de censura terão sempre um recurso, sem efeito suspensivo para o Ministério do Interior. O mesmo recurso será julgado «no prazo máximo de quarenta e oito horas contadas com a sua apresentação»¹¹.

Esta censura não se aplicava apenas a periódicos, mas também a fitas cinematográficas que contivessem assuntos militares ou que fizessem alusão aos exércitos beligerantes, ou apenas referência ao conflito mundial. Teriam de passar, igualmente, por um processo de avaliação militar. Tal exame prévio ficaria a cargo do Ministério da Guerra, ficando os importadores ou proprietários desse material de solicitar essa mesma avaliação¹².

Para além dos constrangimentos que a censura empregava nas publicações periódicas, a diminuição de papel (dificuldades de importação e na pasta do seu fabrico) e, conseqüentemente, o seu elevado preço, conduziu a uma redução do número de folhas das publicações jornalísticas. O Ministério do Trabalho e Previdência Social, decretou que «Nenhuma das publicações jornalísticas diárias ou periódicas poderá aumentar o seu actual formato nem o seu número» (Art. 1.º). Os jornais teriam de

Na Rússia, a imprensa estava obrigada a informar o Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como o Conselho de Ministros, enquanto na Áustria-Hungria foram criadas duas instituições – o *Kriegspressquartier* e um grupo literário no arquivo da guerra.

¹⁰ *Diário do Governo*, n.º 131, 8/8/1917, decreto n.º 328. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

¹¹ *Diário do Governo*, n.º 152, 6/9/1917, lei n.º 815. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

¹² Artigos 1.º e 2.º, decreto n.º 3354, 8/9/1917. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

fixar o seu número em quatro páginas, à excepção de quartas e sextas-feiras, onde teriam de diminuir as suas publicações para duas páginas (Art. 2.º)¹³.

A 10 de Novembro de 1917, os serviços de censura preventiva de periódicos e outros impressos, escritos ou desenhos de qualquer modo publicados, são transferidos para o Ministério da Guerra, embora o Ministério do Interior continuasse a intervir nas decisões de recursos contra eliminações elaboradas pelas comissões de censura¹⁴.

Entretanto, a censura também aperta o cerco à propaganda germanófila que existia em Portugal (embora pouco significativa). Segundo a Presidência do Ministério, no decreto n.º 3544,

[...] serão impedidas de circular (...) e apreendidas, suspensas ou suprimidas, todas as publicações periódicas, nacionais ou estrangeiras, em que se tenha tentado ou tente a fazer propaganda sistemática em favor dos inimigos ou tendente a deprimir a alma da Nação ou a honra do seu exército (Art. 1.º)¹⁵.

Observemos o exemplo da presença da censura, aquando da visita presidencial de Bernardino Machado à frente portuguesa em França, neste telegrama escrito por João Chagas a Bernardino Machado:

Correspondente jornais – Lisboa. Informam-me que censura? impedir publicação de notícia viagem Senhor Presidente da República. Lembro V. Ex.^a que já não há inconveniente algum em publicar as que se referem à visita à frente francesa, inglesa e belga.

(a) Chagas¹⁶

Logo após o golpe de Estado de 5 a 8 de Dezembro de 1917, com Sidónio Pais no poder como presidente, esta Junta Revolucionária revoga a legislação sobre a actuação da censura, a 9 de Dezembro do mesmo ano: «Ficam revogadas as medidas tomadas pelo governo transacto contra a livre publicação de jornais, e anulada a ordem de expulsão do território da República contra qualquer jornalista»¹⁷. Tal período de liberdade jornalística acabaria por durar pouco tempo, uma vez que a 28

¹³ *Diário do Governo*, n.º 154, 8/9/1917, decreto n.º 3353. Excepção para as semanas em que houvesse feriado nacional. Nesse caso, poderia publicar-se com quatro páginas, mesmo às quartas e sextas-feiras – decreto n.º 3470, pelo mesmo ministério, 19/10/1917. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

¹⁴ *Diário do Governo*, n.º 195, 10/11/1917, decreto n.º 3534. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

¹⁵ *Diário do Governo*, n.º 197, 13/11/1917, decreto n.º 3544. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

¹⁶ VAZ, 1923: 97.

¹⁷ *Diário do Governo*, n.º 214, 9/12/1917, Art.º 1.º. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

de Dezembro de 1917 surge nova legislação proveniente do Ministério do Interior¹⁸. Apelando, não num registo distinto ao que se verificou na passagem da Monarquia Constitucional para a República, a uma união partidária a fim de se obter uma conciliação da Família Portuguesa, a Junta Revolucionária aplica legislação distinta àquela publicada, 19 dias antes, e restritiva da liberdade de publicação. Assim, as autoridades administrativas deveriam impedir o reaparecimento de jornais que anteriormente tivessem interrompido a sua publicação e também a fundação de novos órgãos de imprensa, apenas caso tivessem autorização do Ministro do Interior (Art. 1.º).

As mesmas autoridades estariam também responsáveis de impedir a divulgação de «manifestos, moções, representações e deliberações várias do Partido Democrático, também chamado imprópriamente Partido Republicano Português»¹⁹. De ter em conta que, como era típico nesta época, muitos jornais estavam intimamente ligados a aparelhos políticos, sendo usados como máquinas de propaganda política de líderes dos respectivos partidos.

Na portaria n.º 1183, apelando à defesa económica e militar do país, aplicaram-se novas restrições à imprensa no que toca a notícias relacionadas com «data da entrada ou da saída dos portos de qualquer navio da marinha de guerra ou da marinha mercante nacional ou estrangeira, bem como de movimento de tropas, ou referência a quaisquer medidas de carácter militar que lhes forneçam sem autorização superior». Na portaria seguinte (n.º 1184), pode ler-se: «Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que as autoridades administrativas sob a sua dependência não consintam na divulgação de notícias pela imprensa sobre alterações de ordem, que não tenham confirmação oficial»²⁰.

Em jeito de conclusão, podemos observar que a legislação sobre a censura foi constante, renovando-se e minuciando os seus mecanismos e caracterizando pessoas que constituíam esse mesmo aparelho, sempre íntimos com o Ministério do Interior, passando, posteriormente, para a alçada do Ministério de Guerra. Apesar de Portugal ter vivenciado um golpe de Estado, encabeçado por Sidónio Pais, a legislação passou exactamente pelo mesmo processo que verificou desde a implantação da República, a 5 de Outubro de 1910: passando da liberdade de imprensa para novos constrangimentos na mesma, no que toca a notícias relacionadas com o estado de guerra (nacional e internacional), movimentações tácticas, movimentações da marinha de guerra ou mercante, propaganda antiguerrista ou germanófila.

¹⁸ *Diário do Governo*, n.º 228, 28/12/1917, portarias números 1182, 1183 e 1184. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

¹⁹ *Diário do Governo*, n.º 228, 28/12/1917, portarias números 1182, 1183 e 1184. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

²⁰ *Diário do Governo*, n.º 228, 28/12/1917, portarias números 1182, 1183 e 1184. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

Veriquemos, agora, quais os constrangimentos a nível internacional, uma vez que a censura também estava presente nas primeiras linhas de guerra. Nada melhor do que observarmos o caso de Almada Negreiros, que viu a sua estadia como enviado de *O Século* prestes a ser interrompida, uma vez que enviou uma série de telegramas para Portugal referentes à visita de Bernardino Machado à frente de guerra sem que estes passassem pelas autoridades britânicas – British Censorship Authorities:

In communicating the enclosed telegram to this Department the Portuguese Minister explained that Senhor Negreiros had been attached to the President of Portugal during Senhor Bernardino Machado's recent visit to this country and had despatched a number of press telegrams dealing with the visit through the Legation. These telegrams are submitted to Dr. Afonso Costa, the Portuguese Prime Minister, before despatch but were not actually passed by the British Censorship Authorities²¹.

Este telegrama foi enviado a 27 de Novembro de 1917, mas um dia antes, a 26 de Novembro, Almada Negreiros já tinha telegrafado para Manuel Teixeira Gomes, na altura Ministro Plenipotenciário de Portugal em Londres:

Peço V. Exa., agir pela via mais rápida a fim fazer revogar esta decisão do Gabinete ela é injusta não fui consultado renego toda a acusação que diga que não cumpri senão o meu dever transmitindo os meus telegramas aos meus superiores que eu acompanhara e que a censura de Londres os deixou passar sem outra formalidade²².

Contudo, demonstrou-se difícil convencer as autoridades britânicas para alargar a estadia de Almada Negreiros, que chegaram a sugerir ao jornal *O Século* que enviasse outro representante para o substituir. O Army Council, em telegrama, a 4 de Dezembro de 1917, descreve assim os factos:

The statement of Senhor Negreiros is quite inaccurate. The facts are as follows: Senhor Almada Negreiros came on a visit to the British Front, the duration of which was to be 9-31 May, 1917. As interesting events continued, he was allowed to repeat and extend his visits very considerably, but was never on the footing of a permanent correspondent²³.

Apesar de esta situação ter sido resolvida, uma vez que Almada Negreiros se manteve na frente britânica e foi vinculado permanentemente na *Allied Press*, podemos concluir que os meandros da censura no seio da guerra também eram meticulosos. Em suma, os jornais portugueses tinham de lidar com constrangimentos – quer a nível interno, quer a nível externo – que incapacitavam a liberdade de imprensa.

²¹ RAMALHO, 1998: 302.

²² RAMALHO, 1998: 302.

²³ RAMALHO, 1998: 303.

Uma vez ultrapassadas, genericamente, as variadas contextualizações, olhemos, agora, para as características que as primeiras páginas do *Diário de Notícias* e *O Século* nos mostram. O jornal *Diário de Notícias* apresenta um espaço nas suas páginas dedicado às *efemérides* – como estava a guerra anos atrás, no dia em que o jornal é publicado. A *efeméride* foca-se na guerra de há três anos, em 1915, incidindo não apenas nas condições em que se encontram as tropas portuguesas – neste ano combatiam apenas em África –, como apresenta uma visão da guerra na sua generalidade, na Europa. Sai diariamente. Acrescenta-se, ainda, *as Notas económicas e financeiras da guerra*, um artigo de âmbito financeiro e económico, próximo de um artigo de opinião, abordando a guerra nesse prisma (produção, rendimentos, impostos, mercados cambiais), quer no âmbito português, quer no âmbito internacional. Não é um artigo constante. Podemos igualmente encontrar na primeira página deste jornal o *Serviço Telegráfico*, um conjunto de telegramas recebidos de variados locais, com destaque para Paris e Londres. Transmitem uma visão geral da guerra através de opiniões de políticos, diplomáticas, jornalistas e descrevem a situação da guerra nas várias frentes, acrescentando comunicados oficiais. O *Serviço Telegráfico* ou *as Notas económicas* surgem sempre em destaque na primeira página, ocupando, normalmente, duas a três colunas do lado esquerdo. Por fim, temos a secção *Portugal na Guerra*, que foca apenas a presença portuguesa no conflito: artigos de enviados, acções solidárias feitas em Portugal a favor dos combatentes; convocações de regimentos, listas de prisioneiros e de mortos/feridos (situações dos mesmos em hospitais), informações da frente portuguesa transmitidas pelo general Tamagnini, cruzadas das mulheres portuguesas e condecorações.

No jornal *O Século*, podemos encontrar o *Boletim de Guerra*, com informações genéricas da frente de combate, focando-se especialmente na frente europeia. Normalmente é acompanhado de um texto editorial que resume em que ponto de situação estão as variadas frentes do conflito, fazendo-se quase sempre acompanhar de um mapa, para facilitar a visualização do movimento de tropas no terreno. Aliás, a 1 de Abril de 1918, no *Boletim de Guerra* surge uma justificação para este jornal utilizar os mapas nas suas primeiras páginas:

Uma avalanche de comunicações, caindo sobre os jornaes sem metodo, sem o respeito da ordem cronologica, poz hontem o noticiario da ofensiva tal ou qual confusão. Dado o momento vimos, por exemplo, as forças britanicas simultaneamente em Illy-le-Sec e em Chipilly²⁴.

De seguida, este jornal apresenta igualmente um serviço telegráfico que apelida de *Pelo Telégrafo*. Muito semelhante ao que surge nas páginas do *Diário de Notícias*,

²⁴ *O Século*, Boletim de Guerra, 1 de Abril de 1918.

apresentando médias e curtas notícias sobre as várias frentes de guerra e/ou outros assuntos de foro político que estejam indirectamente ligados a esta – comunicações oficiais dos exércitos britânico, francês e português e os textos de Almada Negreiros. Por fim, mas neste caso na segunda página, temos uma secção apelidada Últimas Notícias, que chegavam à redacção do jornal antes da hora do fecho.

Partindo de uma análise geral no que toca às páginas do *Diário de Notícias*, percebemos que a secção *Notas financeiras e económicas da guerra* é a que surge menos vezes durante o mês de Abril, apenas com três publicações (apesar de ocupar o espaço principal do jornal – as colunas da esquerda). As secções *Serviço Telegráfico e Portugal na Guerra* estão sempre presentes nas páginas deste jornal e maioritariamente na primeira página, à excepção do dia 29 de Abril (respectivamente na terceira e segunda páginas, devido à noticiabilidade das eleições para a presidência da República), enquanto as *Efemérides* surgem constantemente, à excepção de três dias²⁵. Não foi um jornal que apostou nas imagens – pelo menos durante o mês em análise –, uma vez que temos apenas quatro dias²⁶ em que surgem imagens referentes ao conflito mundial. No que toca a notícias censuradas, podemos observar que surgem espaços em branco em onze dias do mês de Abril – em sítios variados, censurando-se quer notícias de foro internacional, quer do foro interno. É possível visualizar, igualmente, notícias referentes à censura²⁷, o que vai de encontro ao carácter mais combativo deste jornal no que toca à apresentação de um jornalismo isento e livre. Deixamos aqui um exemplo:

Mais uma vez nos vemos forçados a referver o fastidioso chá das censuras no governo por causa da censura à imprensa. Mas a culpa não é nossa. Desde tempos imemoriais que o *Diário de Notícias* tem reclamado contra as perseguições de que o jornalismo tem sido vítima por parte daqueles que, sendo na oposição os mais ardentes defensores da liberdade da imprensa, em chegando às cadeiras do poder se transformam nos mais ferozes inimigos dessa mesma liberdade²⁸.

O *Diário de Notícias* aponta, igualmente, os efeitos secundários que este tipo de censura pode causar; mas também nos faz questionar – como é que os censores cortam um telegrama proveniente de Paris cujo conteúdo poderia pôr em causa a serenidade do povo, mas não corta as próprias críticas que este jornal faz ao sistema?:

Houve por bem – ou por mal – a censura à imprensa cortar entre outros trechos do nosso jornal de ontem um telegrama de Paris, com que abrimos a secção da Guerra. E

²⁵ Dias 26, 28 e 29 de Abril.

²⁶ Dias 11, 13, 14 e 23 de Abril.

²⁷ Quatro artigos em quatro dias distintos.

²⁸ *Diário de Notícias*, Contra a Imprensa, 17 de Abril de 1918.

dizemos 'por mal' porque esse telegrama era um dos documentos mais honrosos e mais glorificadores (...) e mais nobilantes para o exército português (...). Mas os censores, cabeceando com sono, acharam mais comodo inutilizar tudo e estremunhadamente lançaram um traço a toda a altura da coluna. E o resultado foi que o claro do telegrama levou ao publico a convicção de que algum grande desastre novo ocorrera e a obra dos censores teve assim o efeito negativo e contraproducente²⁹.

Debrucemo-nos agora sobre a análise das notícias provenientes deste jornal no que toca ao «9 de Abril». Olhando para a página do respectivo dia 9 de Abril de 1918, percebemos de imediato que a informação não teria ainda chegado às redacções do *Diário de Notícias*, ou então não teriam autorização por parte das autoridades competentes – neste caso Ministério da Guerra – para publicar qualquer informação. Pode ler-se na primeira página títulos animadores: «A situação geral – os alemães não conseguiram ainda os seus objectivos», transcrevendo uma notícia proveniente de Nova Iorque: «A situação geral estratégica e táctica dos aliados torna-se mais favorável. No principio da terceira semana da ofensiva alemã encontramos o inimigo ainda bem longe de ter atingido os objectivos principais»³⁰. Contudo, deixa em aberto a possibilidade de o «inimigo» alemão estar na iminência de preparar um embate: «Os jornais dizem que os actuais movimentos do inimigo são percursos de uma grande batalha que se não fará esperar»³¹. A 10 de Abril, embora ainda não surjam notícias sobre a batalha que posteriormente ficou conhecida como *A Batalha do Lys*, surgem indícios de que a censura está em funcionamento:

Temos recebido numerosos queixumes de pessoas que teem parentes ou amigos no C.E.P, a proposito do facto de, apesar de se ter noticiado a reabertura da fronteira francesa, não ter vindo para Portugal, ha muitos dias, correspondencia daquela proveniencia, e pedindo-nos que intercedamos junto dos poderes publicos a fim de que estes procurem pôr termo a sua ansiedade³².

É apenas no dia 11 de Abril que surge, na primeira página, a notícia do ataque alemão às tropas portuguesas e inglesas, através da transcrição de um comunicado oficial inglês – denote-se aqui a autoridade inglesa mediante as notícias que chegam a Portugal, a fim de complementar o exemplo que anteriormente fornecemos dos constrangimentos encontrados por Almada Negreiros:

²⁹ *Diário de Notícias*, A Censura, 25 de Abril de 1918.

³⁰ *Diário de Notícias*, Serviço Telegráfico, 9 de Abril de 1918. Notícia fornecida pela Agência Havas, indicada pela letra «H», sempre no final de cada notícia.

³¹ *Diário de Notícias*, Na iminência de uma grande batalha, 9 de Abril de 1918.

³² *Diário de Notícias*, Falta de Correspondência, 10 de Abril de 1918.

Esta manhã, depois de violento bombardeamento das nossas posições do canal de La Bassée às proximidades de La Armientères, importantes forças inimigas atacaram as forças britânicas e portuguesas que defendiam este sector da nossa linha. Favorecido por um denso nevoeiro que tornava difícil a observação, o inimigo conseguiu penetrar nas posições dos aliados (...). Depois de um combate que durou todo o dia, o inimigo conseguiu fazer recuar no centro as tropas portuguesas e numa das alas as tropas britânicas até ao Lys³³.

Nos dias posteriores, surge um conjunto de notícias provenientes de outros jornais que visam engrandecer os soldados portugueses, nomeadamente a artilharia³⁴. Acrescenta-se, ainda, a nota oficiosa que aparece apenas no dia 13 de Abril, enviada pelo General Tamagnini, complementada por uma comunicação fornecida pelo Ministério da Guerra³⁵. O fervor e o engrandecimento dos actos portugueses estão presentes nas seguintes linhas:

Deram os nossos heróis militares em terras de França (...) provas de que a tradicional bravura da raça portuguesa não desapareceu nem sequer diminuiu. Lutaram todos com excedível valentia, havendo até um destacamento da infantaria que preferiu morrer a peito descoberto a ceder terreno em frente das poderosas e numerosas forças inimigas³⁶.

Surge, igualmente, a publicação de «dois honrosos» telegramas provenientes do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra, onde este, em nome do governo britânico, exprime «o apreço em que temos o valoroso feito que as tropas portuguesas praticaram nesta batalha. Lamentamos profundamente as perdas que elas devem ter inevitavelmente sofrido»³⁷. Por fim, no penúltimo dia do mês de Abril, o *Diário de Notícias* descortina mais alguns pormenores do que se passou na madrugada do dia 9 de Abril, mas no entanto não consta da primeira página do jornal, e, sim, da segunda:

Por notícias recebidas de Paris, temos pormenores do que se passou nas horas sangrentas e gloriosas de 9 deste mês (...). As tropas portuguesas ocupavam um sector de aproximadamente 11 quilómetros (...). A divisão de linha que estava nas trincheiras há mais de um ano encontrava-se ligeiramente fatigada. No dia do ataque devia ser substituída para ir repousar á rectaguarda. O ataque foi desencadeado no dia 9 ás 4 e 10 da manhã

³³ *Diário de Notícias*, Actividade de Artilharia, 11 de Abril de 1918.

³⁴ Temos o exemplo do correspondente da Agência Reuters, que diz: «os portugueses não tiveram outro remédio senão ceder terreno. A acção da rectaguarda, brilhantemente conduzida, impediu que neste ponto se desenvolvesse uma ameaça muito grave, mas o movimento de retirada tinha-se tornado impossível de evitar» (*Diário de Notícias*, 12 de Abril de 1918).

³⁵ Neste caso, o Ministério da Guerra não sabia ainda informar o paradeiro do General Gomes da Costa, do Major D. José Serpa de Sousa Pimental e de Sinel de Cordes.

³⁶ *Diário de Notícias*, O último ataque á linha portuguesa, 13 de Abril de 1918.

³⁷ *Diário de Notícias*, Portugal na Guerra – Dois honrosos telegramas, 15 de Abril de 1918.

procedido de um formidável bombardeamento. (...) O ataque envolvente, combinado com ataques de frente, foi tentado no ponto de contacto do sector portuguez e da divisão inglesa (...). Os portugueses tinham sofrido o choque de quatro divisões alemãs de assalto e de quatro de apoio, isto é, oito divisões contra tropas fatigadas. Só depois de seis horas de combate é que o inimigo conseguiu apoderar-se e ocupar a segunda linha, e depois de nove horas é que é teve possibilidade de assaltar a terceira linha defendida por reservas³⁸.

Focando-nos agora nas páginas do jornal *O Século*, podemos encontrar algumas diferenças no que toca ao tratamento das notícias referentes ao conflito mundial e à participação portuguesa no conflito. A primeira grande diferença recai sobre o uso de imagens que possam ilustrar melhor a movimentação das tropas – quer portuguesas, quer aliadas, e até mesmo do avanço alemão. Este jornal usou muitos mapas, nomeadamente em catorze dias do mês de Abril³⁹, sendo mais fácil perceber as notícias provenientes da secção *Boletim de Guerra*. No que toca a esta mesma secção, ela surge igualmente em catorze dias do mês⁴⁰, ocupando o local principal da primeira página – colunas da esquerda. A secção *Pelo Telégrafo* surge dezasseis dias⁴¹. No que toca aos cortes efectuados pela censura, detectámos cortes em cinco dias – inclusive num dos textos de Almada Negreiros⁴² –, mas sem a dimensão de cortes presentes no *Diário de Notícias* e apenas dois artigos citando os contrangimentos que a censura causava no funcionamento do jornal:

Que a censura nos corte aquilo que entender, bem ou mal, vá... Pois que as coisas são o que são para quê estarmos a cansar-nos com protestos ou lastimas?... Mas que ainda por cima fosse procurar para exercer a sua acção, um local afastado das sedes dos jornais, como é o Terreiro do Paço, é que nos parece demasiado menosprezo (...). Prejuízo de termos de fechar a última página antes de recebermos o serviço telegráfico do estrangeiro ou perdermos correios e comboios. É, pelo menos, o que nos tem sucedido todos os dias, depois da ressurreição, em má hora, de tal censura. Pedindo desculpa aos nossos leitores da província das irregularidades de recepção de *O Século*, determinadas pelas causas expostas (...) a própria censura continua a ser tida como indispensável, se força em condições menos gravosas⁴³.

³⁸ *Diário de Notícias*, Portugal na Guerra, 29 de Abril de 1918.

³⁹ Dias 1, 2, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 26, 27, 28.

⁴⁰ Dias 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 11, 13, 14, 19, 22, 26, 28.

⁴¹ Dias 1, 2, 3, 4, 8, 9, 12, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30.

⁴² Dias 19, 20, 23, 27, 30. O texto censurado de Almada Negreiros apresentava o título: «O valor da nossa raça como os soldados portugueses sabem lutar pela liberdade e pelo direito», publicado a 22 de Abril de 1918.

⁴³ *O Século*, Aos nossos leitores e a quem competir providenciar, 23 de Abril de 1918.

No que toca a notícias referentes à *Batalha do Lys*, encontramos constrangimentos semelhantes ao que o outro jornal aqui em análise encontrou. Na edição do dia 9 de Abril de 1918, apenas encontramos notícias referentes aos dias 7 e 8 de Abril, deixando também patente, o prenúncio de que os alemães preparavam novo combate: «É facil ver em certos factos o indício de que o inimigo prepara novo ataque em massa»⁴⁴. A 10 de Abril surge-nos o título: «O inimigo ganha algum terreno», apenas mencionando que existiu grande actividade de artilharia em muitos pontos da linha de combate a norte. Esta notícia surge apenas em segunda página, na secção *Últimas Notícias*⁴⁵. Só no dia 11 de Abril *O Século* nos fornece um mapa indicando a linha de batalha que teria ocorrido a 9 de Abril, mas, no entanto, publica o texto de Almada Negreiros apenas referente aos dias 21 a 31 de Março, descrevendo as ofensivas alemãs⁴⁶. É na segunda página que podemos ler algo em concreto: «Os portugueses, juntamente com os ingleses, portaram-se valentemente, mas tiveram de recuar para Lys»⁴⁷. A 12 de Abril, podemos ler, com grande destaque na primeira página: «Honra e Glória a Portugal! Os que se batem e morrem, em França, pela sua e nossa pátria»⁴⁸. Almada Negreiros escreve, sem grandes pormenores:

Como se tivessem malgrado inteiramente os seus assaltos nos dois lados do Somme em toda a frente de ataque, os alemães trataram de obter exitos n'outro ponto e d'ai a ofensiva desencadeada (...). As tropas portuguezas infligiram grandes perdas ao inimigo e as aldeias tomadas pelos alemães ficaram totalmente destruidas⁴⁹.

É fácil verificar que o jornal *O Século* nos apresenta títulos que apelam fortemente à gloriosa prestação portuguesa, algo que o *Diário de Notícias* não fez, encarando esta batalha com mais imparcialidade. Os próprios textos de Almada Negreiros transparecem esse orgulho perante a postura dos portugueses em guerra:

[...] um batalhão dos nossos que ocupava as primeiras linhas, bateu-se com a maxima bravura, exgotando-se as suas munições. Mandou buscar mais a toda a pressa. A despeito das rajadas constantes de fogo e de gaz e da avalanche «boche» que caiu sobre ele, esse batalhão heroico preferiu deixar-se matar a ceder um palmo de terreno!⁵⁰

⁴⁴ *O Século*, O inimigo extenua-se em vão, 9 de Abril de 1918.

⁴⁵ *O Século*, O inimigo ganha algum terreno, 10 de Abril de 1918.

⁴⁶ *O Século*, O arranco inimigo – os primeiros dez dias da ofensiva, 11 de Abril de 1918.

⁴⁷ *O Século*, A guerra – A ofensiva – Os portuguezes portaram-se valentemente, 11 de Abril de 1918.

⁴⁸ *O Século*, 12 de Abril de 1918.

⁴⁹ *O Século*, No sector portuguez – Antes de mais e acima de tudo, estamos na presença de um facto consolador: os nossos cumpriram heroicamente o seu dever, 12 de Abril de 1918.

⁵⁰ *O Século*, Pormenores sobre o ataque – como se batem as nossas tropas, 13 de Abril de 1918.

Contudo, em ambos os jornais surgem notícias que relatam o espanto de oficiais ingleses perante a valentia portuguesa: «Toda a imprensa inglesa continua a prestar homenagem á valentia incomparável das tropas portuguesas afirmando que se atiraram desesperadamente contra os alemães»⁵¹. Acrescentando-se ainda que o embate alemão do dia 9 foi atenuado segundo os telegramas oficiais do comandante do C.E.P, General Tamagnini.

Em modo de conclusão, podemos deixar a pergunta: Existem diferenças entre os factos expostos na bibliografia e o que está relatado nos jornais? É evidente que se verificaram diferenças, principalmente no que toca às dificuldades que os portugueses enfrentaram nas trincheiras e às ordens tácticas que os mesmos receberam por parte dos ingleses nos dias anteriores ao primeiro confronto no Lys. Todavia, convém ter em conta que os meios de transmissão não são como os actuais – as notícias demoravam a chegar a Portugal. Concluindo, apesar de a censura ser a tónica deste trabalho, não se deixa de evidenciar que a política interna e externa ajudam bastante a caracterizar um regime, principalmente quando o mesmo tenta interferir num conflito mundial. A censura foi, assim, um instrumento de apoio do regime, regime este já fragilizado e receoso das notícias que poderiam chegar do exterior. Como nos diz Graça Franco:

Embora a instabilidade política tenha sido sinónimo de alternância, liberdade, até de uma certa criatividade, teve o seu preço e as suas causas: entre elas não se pode desprezar a imprensa e a sua força difusora de ideais, de mobilização crítica e até de manipulação⁵².

Através desta análise, percebe-se o porquê de Portugal se encontrar, no sistema dos *media*, na categoria Pluralista Polarizada que Daniel C. Hallin e Paolo Mancini caracterizam⁵³. Tal modelo representa, entre outras características, uma ligação entre os *media* e os sistemas políticos, algo que perdurou também pelo Estado Novo. A censura, assim, foi apenas um dos mecanismos de um regime fragilizado que não fez jus ao seu próprio nome – República. Como nos diz Oliveira Marques:

A I República, de certa maneira, podia comparar-se ao despotismo iluminado como derradeiro grito de um período histórico. Não tinha continuação possível. Havia de morrer e ser substituída por qualquer coisa de completamente diferente⁵⁴.

⁵¹ *O Século*, O nosso esforço no campo de batalha – O aplauso do governo inglês, 15 de Abril de 1918.

⁵² FRANCO, 1993: 64.

⁵³ HALLIN & MANCINI, 2010: 101-154.

⁵⁴ MARQUES, 1978: 281.

FONTES

Diário de Notícias. Lisboa, Abril de 1918.

O Século. Lisboa, Abril de 1918.

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, Carla (2012) – *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses, do século XIX ao Marcelismo*. Lisboa: Escritório Editora.
- BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, coord. (1999) – *Dicionário de História de Portugal*. Suplemento 8, Lisboa: Figueirinhas.
- FRANCO, Graça (1993) – *Censura à imprensa 1820-1974*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- FREIRE, João Paulo (1939) – *O Diário de Notícias, da sua fundação às suas bodas de diamante, esboço da sua história e das suas efemérides*. Ed. Comemorativa das bodas de diamante do DN, Lisboa.
- HALLIN, Daniel C. & MANCINI, Paolo (2010) – *Sistemas de media: estudo comparativo. Três modelos de comunicação e política*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LOPES, Fernando Farelo (1988) – *A I República Portuguesa: questão eleitoral e deslegitimação*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – ISCTE, 1988. Tese de doutoramento.
- MARQUES, Isabel Pestana (2008) – *Das trincheiras, com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- MARQUES, Oliveira (1978) – *Das Revoluções Liberais aos nossos dias*. In *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores.
- MARQUES, Oliveira, SERRÃO, Joel, dir. (1991) – *Portugal da Monarquia para a República*. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- RAMALHO, Miguel Nunes (1992) – *Sidónio Pais – Diplomata e Conspirador (1912-17)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SOUSA, Jorge Pedro, coord. (2010) – *O Pensamento Jornalístico Português: das origens a Abril de 1974*. Covilhã: Labcom.
- VAZ, Ângelo (1923) – *Viagem Presidencial 1917*. Porto: IBL.